

DORA KRAMER

Cerco ao dissidente

Não são laços de amizade ou ternura o que mobiliza o comando do PFL em defesa de uma pena mais branda que a cassação do mandato de Antonio Carlos Magalhães. A suspensão está sendo considerada a sanção ideal porque, na avaliação do partido, a renúncia — que viria ante a inevitabilidade da pena máxima — causará o mesmo efeito: ACM vai para a oposição, provavelmente para apoiar o governador de Minas, Itamar Franco.

Numa conta pragmática, os pefelistas preferem um Antonio Carlos alquebrado, ou até mesmo neutro, em 2002, que um Antonio Carlos cheio de disposição ao lado de Itamar ou, por hipótese mais remota, talvez de Ciro Gomes. Caso seja defenestrado, não por vontade unilateral, ACM prestaria serviço em tempo integral ao ódio aos antigos aliados que, na concepção dele, nada teriam feito para salvá-lo do abismo.

Mas, cassado ou renunciado, o senador seria um bom cabo eleitoral? Para o PFL a questão não é a capacidade dele de construir candidaturas ou agregar apoios à oposição e sim a sanha destruidora com que, é sabido, lança-se sobre os inimigos.

Daí o esforço do partido para não torná-lo um dissidente exterminador em futuro próximo. E essa avaliação só existe porque hoje, na concepção daqueles que apostam na manutenção da aliança das forças governistas, tudo indica que qualquer passo em falso permitirá que o segundo turno da eleição presidencial seja disputado por dois candidatos de oposição, provavelmente Itamar e Luís Inácio Lula da Silva.

Os mesmos que em 1998 consideravam Lula o adversário ideal, pela facilidade de derrotá-lo, hoje já não pensam assim. Naquela eleição, todo o esforço da aliança de centro-direita era para ganhar no primeiro turno. Agora, as energias estão desde já concentradas em pelo menos chegar ao turno final.

E, para isso, tudo o que os governistas não precisam é de inimigos. Muito menos de um inimigo com a alma plena de espinhos.

Os pefelistas vão tentar hoje obter o maior número de apoios para os votos em separado que propõem ou a suspensão dos mandatos ou a não-indicação da pena no relatório a ser aprovado pelo Conselho de Ética. Se for inútil, o trabalho do PFL será sobre os sete integrantes da Mesa diretora do Senado. Não pela absolvição, que sabem impossível, mas para que seja o plenário o foro de decisão sobre a penalidade a ser aplicada.

Entre outros motivos porque até os adversários de ACM não acreditam que, no voto secreto, existam 41 senadores dispostos a votar pela cassação. É operação de alto risco, mas pode ser uma saída.

Tropa de choque

Se é real a suspeita do PFL e a disposição de ACM de vir a apoiar Itamar Franco em 2002, pode interessar ao respeitável público agora a exposição detalhada do pensamento do governador de Minas sobre a possibilidade de cassação do senador baiano. É possível que, como Tasso Jereissati e Ciro Gomes, considere um exagero.

Terceira via

O presidente Fernando Henrique jantaria ontem com um grupo de governadores do PMDB no Palácio da Alvorada. Estariam lá: Jarbas Vasconcelos (PE), Joaquim Roriz (DF), Garibaldi Alves (RN) e José Maranhão (PB).

Pode estar nascendo aí a construção de uma terceira via aos aliados fiéis de Itamar e aos integrantes do algo combatido núcleo de Jader Barbalho.

Não sobra um

José Roberto Arruda não votará, mas fará sua própria defesa hoje no Conselho de Ética. Além de insistir na tese da necessidade da observância da gradação de penas, a expectativa é a de que diga duas ou três coisas bastante desconfortáveis. Ao Executivo e ao Legislativo.

Sobre o Parlamento dirá: "Se qualquer falha for interpretada como falta de decoro, e a pena para a quebra do decoro sempre for a cassação, sinto informar que haverá um senador cassado a cada semana."